



# Famalicão

Câmara Municipal



CARTÃO DE CIDADÃO

Contratação Pública  
public procurement

[www.famalicao.pt](http://www.famalicao.pt)  
cmar.ciamunicipal@famalicao.pt

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO  
Praça Álvaro Marques  
4764-502 V.N. de Famalicão  
tel. +351 252 320 900  
NIF 506 663 264

## CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS MÓVEIS N.º 8367

(Aquisição de bens de informática)

**1.º OUTORGANTE:** MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, Pessoa Coletiva de Direito Público n.º 506 663 264, identificada na Segurança Social com o n.º 20007328786, com sede na Praça Álvaro Marques, 4764-502, Vila Nova de Famalicão, representado por Paulo Alexandre Matos Cunha, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, com poderes para o ato, conferidos pelo disposto na alínea f) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação;

**2.º OUTORGANTE:** RACIOCÍNIO RÁPIDO, UNIPESSOAL, LDA., Pessoa Coletiva n.º 509 610 854, com sede na Avenida Narciso Ferreira, n.º 231, 4760-105 Vila Nova de Famalicão, aqui representada pelo gerente [REDACTED] com poderes para o ato, conforme certidão permanente da sociedade com o código de acesso [REDACTED] subscrita em 20-01-2020 e válida até 20-01-2021.

### Nota Justificativa:

Tendo em vista garantir o fornecimento continuado de bens informáticos necessários para o funcionamento dos serviços municipais, por despacho do Senhor Presidente da Câmara proferido a 31 de março de 2020, no âmbito do procedimento pré contratual de Consulta Prévia n.º 074/19/DMASI aberto ao abrigo da al. c) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (doravante designado CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, foi adjudicado ao Segundo Outorgante o fornecimento desses bens.

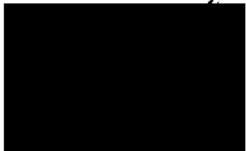
Neste sentido, a fim de dar cumprimento ao disposto no artigo 94.º do CCP, é elaborado o presente contrato, cuja minuta foi aprovada por despacho de 31 de março de 2020, que se regerá pelas cláusulas seguintes, as quais os outorgantes declaram integralmente aceitar e cumprir nos precisos termos:

### PRIMEIRA

#### (Objeto e Âmbito)

I. O presente contrato tem por objeto a aquisição onerosa, pelo Primeiro ao Segundo Outorgante, de forma continuada, dos seguintes bens:

- Bens e serviços de Informática, de acordo com a listagem constante no ANEXO I.



2. O fornecimento deve ser prestado em articulação com os serviços municipais e cumprir as especificações técnicas constantes da cláusula 30.º do Caderno de Encargos e respetivos anexos, bem como da proposta do Segundo Outorgante e características constantes do ANEXO I ao presente contrato, cujos documentos aqui se dão por integralmente reproduzidos para todos os efeitos legais e que fazem parte integrante deste contrato.
3. O Segundo Outorgante é responsável por efetuar ao fornecimento dos bens todos os meios técnicos, materiais e humanos que se revelem necessários ao eficaz cumprimento do contrato.

## SEGUNDA

### (Preço Contratual e Condições de Pagamento)

1. O valor global do presente contrato é de **40.000,00 €** (quarenta mil euros), ao qual acrescerá o imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor, no montante de **9.200,00 €** (nove mil, e duzentos euros), o que totaliza **49.200,00 €** (quarenta e nove mil e duzentos euros), a pagar nos termos dos números seguintes, de acordo com os bens efetivamente fornecidos e segundo os preços unitários constantes do ANEXO I e a seguinte repartição:

- a) Ano 2020 – 33.320,00 € + IVA;
  - a. Equipamentos – 28.322,00 € + IVA
  - b. Bens (uso corrente) – 4.165,00 € + IVA
  - c. Serviços de manutenção e reparação – 833,00 € + IVA
- b) Ano 2021 – 6.680,00 € + IVA;
  - a. Equipamentos – 5.678,00 € + IVA
  - b. Bens (uso corrente) – 835,00 € + IVA
  - c. Serviços de manutenção e reparação – 167,00 € + IVA
2. O pagamento do preço contratual referido no número anterior será efetuado, tendo em conta os bens efetivamente fornecidos, no prazo de 60 dias após a entrega da fatura nos serviços municipais, desde que verificados os condicionalismos da Cláusula Quinta do presente contrato, por transferência bancária para o IBAN: [REDACTED]
3. O preço contratual inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não seja expressamente atribuída ao Primeiro Outorgante, nomeadamente os relativos ao transporte de bens e pessoas, alimentação e alojamento, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
4. A inexistência das declarações referidas na alínea f) do n.º 1 da Cláusula Quarta, ou a existência de declarações desatualizadas, nos serviços de contabilidade do Município, implica a retenção imediata, pelo Primeiro Outorgante, do montante máximo de 25% do valor total do pagamento a efetuar, nos termos do disposto no artigo 31º-A, do Decreto-Lei nº 155/92, de 28 de julho, na sua atual redação, aplicável às autarquias locais por força do disposto no artigo 94.º da Lei nº 71/2018,

# Famalicão

Câmara Municipal de Famalicão

de 31 de dezembro (LOE 2019) e do artigo 198.º da Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, na sua redação atual, pelo período máximo de 30 dias.

5. Findo o prazo previsto no número anterior sem que o Segundo Outorgante demonstre não possuir dívidas, mediante apresentação das certidões atualizadas, as verbas retidas serão entregues à Autoridade Tributária ou à Segurança Social, conforme o caso.

## TERCEIRA

### (Vigência do Contrato, Local e Prazo de Prestação)

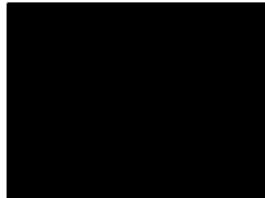
1. O presente contrato entra em vigor no dia seguinte à sua adjudicação e vigora até ao cumprimento integral das prestações principais decorrentes da sua celebração, sem prejuízo das obrigações acessórias que devem perdurar para além da sua cessação.
2. Os bens constantes do presente contrato deverão ser fornecidos de forma continuada, de acordo com as necessidades e pedidos específicos por parte dos serviços do Primeiro Outorgante, caducando, no entanto, com a verificação de uma das seguintes situações:
  - a) Utilização total do valor do contrato;
  - b) Decorrido 1 (um) ano desde a adjudicação do contrato.
3. Os bens deverão ser fornecidos no prazo de 2 (dois) dias após a receção da nota de encomenda e entregues nos locais indicados aquando do pedido de fornecimento (PFO).

## QUARTA

### (Obrigações do Segundo Outorgante)

3

1. Para além das obrigações discriminadas no Caderno de Encargos, constituem ainda obrigações do Segundo Outorgante, nomeadamente:
  - a) Mencionar na fatura o preço unitário e global, devendo igualmente indicar o número do contrato, o número do procedimento de contratação (CsP n.º 074/19/DMASI), a nota de encomenda (PFO) e compromisso n.º 1362/2020 e, sem prejuízo dos requisitos constantes do n.º 5 do artigo 36.º do Código do IVA;
  - b) Emitir a fatura à entidade Município de Vila Nova de Famalicão, pessoa coletiva n.º 506 663 264 Praça Álvaro Marques, 4764-502 e entregá-la no Edifício da Câmara Municipal, sítio na Praça Álvaro Marques, 4764-502 cidade de Vila Nova de Famalicão, no prazo máximo de 5 dias após a sua emissão;
  - c) Fornecer os bens conforme os requisitos técnicos e níveis de serviço de acordo com o regime de fornecimento constante do Caderno de Encargos e da proposta do Segundo Outorgante;
  - d) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que os bens fornecidos, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
  - e) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do presente contrato e com relevância para a execução do mesmo;



- I) Dar consentimento ao Município para consultar a sua situação contributiva junto da Segurança Social ([www.seg-social.pt](http://www.seg-social.pt)) e pagamento de impostos ao Estado ([www.portaldasfinanças.gov.pt](http://www.portaldasfinanças.gov.pt)), nos respetivos sítios da Internet ou manter atualizadas as respetivas declarações de não dívida junto dos serviços de Contabilidade da Câmara Municipal.
2. A falta de menção na fatura de algum dos elementos contantes da alínea a) do número anterior constitui motivo de devolução da mesma por parte do Primeiro Outorgante.

#### **QUINTA**

##### **(Verificação da Conformidade e Aceitação)**

- I. A monitorização e verificação quantitativa e qualitativa dos bens objeto do presente contrato serão aferidas, no prazo de 5 dias úteis a contar do seu fornecimento, pelo Primeiro Outorgante, mediante a verificação da sua conformidade com os requisitos e termos acordados.
2. Em face dos resultados obtidos pela referida verificação, o Primeiro Outorgante pode:
  - a) Aceitar como conforme;
  - b) Exigir a substituição por outros bens conformes com o contrato; ou
  - c) Resolver o contrato, sempre que se verifiquem inconformidades sistemáticas da quantidade e qualidade e demais requisitos do fornecimento.
3. Nas situações de desconformidade, o Segundo Outorgante constitui-se, de imediato, na obrigação de repor a normalidade do fornecimento dos bens.

4

#### **SEXTA**

##### **(Garantia)**

- I. O Segundo Outorgante garante a qualidade e a conformidade dos bens, de acordo com os normativos nacionais e comunitários e as características definidas no Caderno de Encargos, de modo a cumprir o fim a que se destinam.
2. O Segundo Outorgante é responsável pela inobservância das características, especificações e requisitos técnicos previstos nas Cláusulas Técnicas constantes da Parte III do Caderno de Encargos.
3. Nos casos previstos nos números anteriores, o Segundo Outorgante deverá proceder, a expensas suas e segundo as indicações de prazo e modo que forem determinados pelo Primeiro Outorgante, às substituições necessárias para garantir o fornecimento dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características e especificações técnicas exigidas.

#### **SÉTIMA**

##### **(Penalidades)**

- I. Pelo incumprimento das obrigações emergentes do presente contrato, o Primeiro Outorgante pode exigir ao Segundo Outorgante o pagamento de uma sanção pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:



- a) Pelo Incumprimento das datas e prazos de entrega convencionados, até 1% do valor contratual por cada dia de atraso;
  - b) Pelo cumprimento defeituoso ou incumprimento, até 5% do preço contratual.
2. O valor das penalidades poderá ser descontado diretamente no pagamento das faturas.
3. As penas pecuniárias não obstante que o Primeiro Outorgante exija uma Indemnização nos termos gerais de direito pelo dano excedente.

#### **OITAVA**

##### **(Resolução do contrato)**

1. O Incumprimento ou cumprimento defeituoso de forma reiterada por uma das partes das obrigações constantes do contrato confere à outra parte o direito de o rescindir, nos termos do regime jurídico previsto nos artigos 325.<sup>º</sup> a 335.<sup>º</sup> do CCP, sem prejuízo de esta poder exigir as correspondentes indemnizações nos termos gerais de direito, pelos respetivos danos.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se que existe Incumprimento definitivo se os bens não forem entregues até ao terceiro dia útil dia após o decurso do prazo referido no n.<sup>º</sup> 2 da Cláusula Terceira
3. Considera-se igualmente Incumprimento definitivo quando houver atraso reiterado no cumprimento do prazo normal do fornecimento dos bens.

#### **NONA**

##### **(Sigilo e Confidencialidade)**

5

1. As partes obrigam-se a guardar sigilo sobre todos os assuntos previstos no presente contrato e a tratar com confidencialidade todos os documentos a que tenham acesso no âmbito do seu desenvolvimento, abrangendo esta obrigação os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que se encontrem envolvidos na execução do contrato ou no procedimento ao qual o mesmo deu origem
2. Exclui-se do âmbito de aplicação do número anterior toda a informação gerada por força da execução do presente contrato, bem como todos os assuntos ou conteúdo dos documentos que por força de disposição legal tenham de ser publicitados e/ou sejam do conhecimento público.

#### **DÉCIMA**

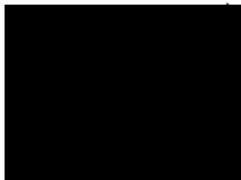
##### **(Cessão da Posição Contratual e Subcontratação)**

São admitidas a cessão da posição contratual e a subcontratação, desde que autorizadas previamente, por escrito, pelo Primeiro Outorgante, ressalvados os limites legais.

#### **DÉCIMA PRIMEIRA**

##### **(Uso de Sinais Distintivos)**

Nenhuma das partes pode utilizar a denominação, marcas, nomes comerciais, logótipos e outros sinais distintivos que pertençam à outra sem o prévio consentimento por escrito.



## DÉCIMA SEGUNDA

### (Gestor do Contrato)

- I. O Primeiro Outorgante designa como gestor do contrato o Chefe da Divisão de Modernização Administrativa e Sociedades de Informação, Eng.<sup>r</sup> [REDACTED] a quem compete acompanhar permanentemente a execução do contrato, designadamente, servir de interlocutor da parte do Primeiro Outorgante, dar o apoio necessário, monitorizar as prestações contratuais e fornecer os elementos e esclarecimentos que se mostrem necessários.

Contacto: [REDACTED]

2. O Segundo Outorgante designa como Interlocutor o subscritor do presente contrato, sem prejuízo de, posteriormente, poderem ser designados outro (s) Interlocutor (s).

## DÉCIMA TERCEIRA

### (Dados Pessoais)

1. Sempre que, no âmbito de execução do contrato, sejam facultados ao Primeiro Outorgante dados pessoais de pessoas singulares, desde já, este declara que aqueles dados se destinam apenas e exclusivamente ao cumprimento do contrato, podendo ser entregues a outros serviços públicos e às autoridades judiciais por força de disposição legal.
2. Nos termos do Regulamento Geral de Proteção de Dados (Regulamento UE 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016), essas pessoas singulares podem solicitar o acesso, a retificação, o apagamento e a limitação do tratamento dos seus dados pessoais.
3. Por forma a gerir cabalmente o presente contrato, os dados pessoais podem eventualmente vir a ser cedidos a entidades terceiras que prestam serviços ao Município de Vila Nova de Famalicão em matéria de auditorias, contabilidade, financeira, seguradoras e outras.
4. O Segundo Outorgante dá o seu consentimento informado, nos termos do Regulamento Geral de Proteção de Dados, para efeitos de tratamento dos seus dados pessoais.
5. O presente contrato não implica o tratamento de dados pessoais em subcontratação.

## DÉCIMA QUARTA

### (Prevalência e Integração de Lacunas)

1. Na execução do presente contrato prevalecem, em caso de divergência, em primeiro lugar os suprimentos dos erros e omissões aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, em segundo lugar, os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos, em terceiro lugar, o Caderno de Encargos, em quarto lugar, a proposta adjudicada e, por último, os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
2. A tudo o que não esteja expressamente previsto no presente contrato aplica-se subsidiariamente o CCP, designadamente as regras do regime substantivo dos contratos administrativos, previstas nos seus artigos 278.<sup>r</sup> e seguintes.

3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, são aplicáveis ao presente contrato a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, e o Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação.

#### DÉCIMA QUINTA

##### (Foro)

Para todos os litígios emergentes do presente contrato será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outros.

#### DÉCIMA SEXTA

##### (Autorizações Legais)

1. O presente contrato foi adjudicado por despacho do Presidente da Câmara Municipal, proferido a 31 de março de 2020, assim como a aprovação da respetiva minuta.
2. O presente contrato será suportado por conta das verbas inscritas no orçamento, sob a rubrica orçamental com a classificação 2203/010114, 2203/020203 e 2203/070107, sob o cabimento n.º 879/2020 e compromisso n.º 1362/2020.
3. Por existir a possibilidade de potenciar igualmente a assunção de compromissos plurianuais, a obrigação a assumir por este contrato obteve igualmente autorização por parte do Presidente da Câmara, ao abrigo da delegação de competências concedida pela Assembleia Municipal, em reunião de 29 de novembro de 2019, ao abrigo do n.º 3 do art.º 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com a al. b), do n.º 1 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho.

#### DÉCIMA SÉTIMA

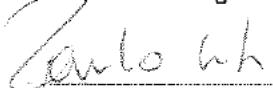
##### (Disposições finais)

7

1. Os pagamentos ao abrigo do presente contrato serão efetuados após verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas.
2. O presente contrato está isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do disposto no artigo 48.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua atual redação, conjugado com o artigo 255.º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro (LOE 2019).
3. Está igualmente dispensado da prestação de caução, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 88.º do CCP.
4. O presente contrato foi elaborado pelo Oficial Público do Município, [REDACTED] designado por Despacho do Presidente da Câmara Municipal datado de 13 de novembro de 2017.
5. Este contrato foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada uma das partes.
6. Após apresentação, pelo Segundo Outorgante, dos documentos de habilitação legalmente exigidos, o contrato vai ser assinado por ambas as partes.

Vila Nova de Famalicão, 09 ABR. 2020

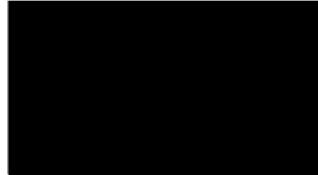
O Primeiro Outorgante,



O Segundo Outorgante,



[REDACTED]  
(Assinatura e Caramba)



Famalicão

#### REFERENCES AND NOTES

Anexo I - CnP n.º 074/19/DMASI - Aquisição de bens de Informática



1

20

# Famalicão

#### REFERENCES AND NOTES